

A cobrança da taxa de licenciamento ambiental pelos municípios

Talden Farias

Advogado, consultor jurídico e professor da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorando em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande.

Geórgia Karênia Martins de Melo

Advogada, consultora jurídica e professora da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas. Mestre e doutoranda em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande.

Palavras-chave: Licença ambiental. Cobrança de taxa. Competência do município.

Sumário: Introdução – 1 Aspectos gerais do licenciamento ambiental – 2 Competência do município para realizar o licenciamento ambiental – 3 A Taxa de Licenciamento Ambiental – Considerações finais – Referências

Introdução

Conforme estabelece o *caput* do art. 225 da Constituição Federal, o Poder Público e a coletividade têm a obrigação de atuar na defesa e na preservação do meio ambiente tendo em vista o direito das gerações presentes e futuras. A função de controlar as atividades potencialmente causadoras de impactos no meio ambiente está expressamente estabelecida pelo inciso V do §1º do citado dispositivo, que reza que, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”.

Com efeito, o Estado, no exercício do seu mister, deve se utilizar de todos os meios lícitos para concretizar o disposto no artigo supracitado. A Lei nº 6.938/81 estabelece em seu art. 9º os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, dentre eles o licenciamento ambiental, podendo a Administração, é claro, valer-se também de outros meios para promover a defesa do meio ambiente.

Desde a edição dessa lei, o licenciamento ambiental é uma exigência para a instalação e o funcionamento das atividades econômicas potencial ou efetivamente poluidoras em todo o território nacional. Cuida-se de um mecanismo de controle das atividades econômicas cujo objetivo é verificar o atendimento dos padrões de qualidade ambiental e o respeito à legislação ambiental (FARIAS, 2009).

Como o licenciamento ambiental é atuação do poder de polícia estatal em prol do meio ambiente, há a possibilidade de o ente público impor, em razão do exercício deste poder de polícia, o

pagamento de taxa como contraprestação ao órgão ambiental em razão da prestação do serviço pelo órgão licenciador. Com efeito, a taxa de licenciamento ambiental é obrigação tributária cujo fato gerador é a atuação do órgão ambiental respectivo em cada uma das fases do licenciamento ambiental.

Ocorre que o art. 10 da citada lei previa apenas que a União e os Estados poderiam fazer licenciamento ambiental, inexistindo qualquer referência aos Municípios, cuja competência licenciatória estava prevista apenas no art. 6º da Resolução nº 237/97 do CONAMA. Em vista disso, se já remanesce a dúvida sobre a possibilidade do Município exercer tal atribuição, a faculdade de instituir taxas municipais de licenciamento ambiental era ainda mais questionável.

Contudo, no dia 8 de dezembro de 2011 foi editada a Lei Complementar nº 140, a qual dispôs sobre a competência administrativa em matéria ambiental, em obediência ao parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, tendo o inciso XIV do art. 9º dessa lei regulamentado a competência municipal em matéria de licenciamento ambiental. Sendo assim, o presente artigo procura analisar a possibilidade de instituição e de cobrança de taxa de licenciamento ambiental pelos Municípios.

1 Aspectos gerais do licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental está previsto no inciso I do art. 1º da Resolução nº 237/97 do CONAMA, que o define como:

O procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar

degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

A Lei Complementar nº 140/2011, no art. 2º, inciso I, define o licenciamento ambiental como “o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental”. Assim, o licenciamento ambiental é o processo administrativo complexo que tramita perante a instância administrativa responsável pela gestão ambiental, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, e que tem como objetivo assegurar a qualidade de vida da população por meio de um controle prévio e de um continuado acompanhamento das atividades humanas capazes de gerar impactos sobre o meio ambiente.

O objetivo do licenciamento é que, mediante o embasamento de análises técnicas e de avaliação de impacto ambiental, os impactos ambientais positivos possam ser aumentados e os impactos ambientais negativos possam ser evitados, diminuídos ou compensados. O licenciamento ambiental é, pois, o processo administrativo que ao final concederá ou não a licença ambiental autorizando o empreendimento a funcionar (FARIAS, 2009).

1.1 Licença ambiental

A licença ambiental, segundo o inciso II do art. 1º da Resolução nº 237/97 do CONAMA, é:

O ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Para Henkes e Kohl (2005) o licenciamento é um procedimento ou um conjunto de atos cujo objetivo final é a concessão da licença ambiental, seja a licença prévia, a licença de instalação ou a licença de operação. Segundo Fiorillo (2003) licenciamento ambiental é o conjunto de etapas que integra o procedimento administrativo que tem como objetivo a concessão de licença ambiental.

Para Van Acker (2005), o licenciamento ambiental é o instrumento que implementa o princípio da prevenção, preconizado pela Conferência de Estocolmo em 1972, viabilizando a ação preventiva do Poder Público em relação aos empreendimentos potencialmente poluidores ou degradadores. Segundo Destefenni (2004) o licenciamento ambiental é o procedimento administrativo que tramita junto aos órgãos ou entidades ambientais competentes e que visa a determinar as condições e exigências para o exercício de uma atividade potencial ou efetivamente causadora de impactos ao meio ambiente.

Alonso Jr. (2002) entende o licenciamento como um mecanismo de proteção ambiental e de controle da poluição e Santos (2002) apresenta o licenciamento ambiental como um instrumento preventivo e não jurisdicional de gestão ambiental. Com efeito, é licenciamento ambiental o conjunto de procedimentos realizados pelo órgão ambiental cujo objetivo é avaliar a implantação de atividades econômicas e os impactos destas no meio ambiente, com vistas a conceder a autorização para implantação e funcionamento destas atividades desde que em conformidade com o que preceitua a legislação ambiental, com intuito de garantir que os padrões de qualidade ambiental sejam respeitados.

1.2 Fases do licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental, enquanto conjunto de procedimentos que visam a concessão de uma licença ambiental ao final, permitindo a instalação ou funcionamento de um empreendimento, é composto por uma sequência de fases que têm como objetivo verificar se uma determinada atividade está efetivamente adequada aos padrões de qualidade ambiental prescritos pela legislação e pelo órgão ambiental competente (FARIAS, 2011). Este procedimento é compreendido, basicamente, de três etapas: licença prévia, licença de instalação e licença de operação.

Cada etapa, em regra, deve terminar com a concessão da licença ambiental correspondente. Assim, as licenças ambientais servem para formalizar que até aquela etapa o proponente da atividade está cumprindo o que a legislação ambiental e o que a administração pública determinam.

Segundo José Afonso da Silva (2003), as licenças ambientais constituem atos administrativos que se propõem a controlar preventivamente as atividades de particulares no exercício de seus direitos, no que diz respeito à exploração ou uso de um bem ambiental de sua propriedade. Esse autor destaca que o exercício desses direitos depende do cumprimento dos requisitos estabelecidos em lei tendo em vista a defesa do meio ambiente, de forma que o particular fica condicionado à obtenção da licença ambiental por parte da autoridade competente.

A primeira licença é a prévia, definida no art. 19 do Decreto nº 99.247/90 e o art. 8º da Resolução nº 237/97 do CONAMA como sendo a licença ambiental concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Na licença prévia, é o momento em que o empreendedor manifesta a intenção de realizar a atividade, e o órgão ambiental avalia a viabilidade do projeto no tocante a localização e a concepção do empreendimento, a viabilidade ambiental deste e para estabelecer os requisitos básicos para as próximas fases.

A segunda fase compreende a licença de instalação, quando se elabora o projeto executivo, reestruturando o projeto original com muito mais detalhes e no qual são fixadas as prescrições de natureza técnica capazes de compatibilizar a instalação do empreendimento com a proteção ao meio ambiente por meio das medidas técnicas adequadas. Após a instalação da atividade é que o órgão ambiental vistoria a obra com o fim de constatar se todas as exigências foram seguidas no que se refere ao controle ambiental.

E, por fim, a licença de operação, última fase do licenciamento, definida no art. 19 do Decreto nº 99.247/90 e no art. 8º da Resolução nº 237/97 do CONAMA como sendo a licença ambiental que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas que condicionam a operação do empreendimento. É a licença que autoriza o início das atividades, quando o órgão ambiental avalia se foram cumpridas efetivamente as disposições constantes das licenças anteriores.

1.3 Atividades sujeitas ao licenciamento ambiental

De acordo com o art. 10 da Lei nº 6.938/81, a exigência de licenciamento ambiental diz respeito somente a estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Realmente, submetem-se ao licenciamento não apenas as atividades que poluem realmente, mas também as que simplesmente têm a possibilidade de poluir.

Qualquer ente público ou privado, pessoa física ou jurídica que instale ou tenha atividades que preencham esses requisitos, sujeitam-se ao licenciamento, desde que causem ou possam causar uma degradação ambiental. As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental estão elencadas no Anexo I da Resolução nº 237/97 do CONAMA, porém, não se limitam à lista, posto que esta tenha caráter exemplificativo, o que é justificável porque surgem a cada dia novas atividades e tecnologias, cada uma com impactos diferentes sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida.

2 Competência do município para realizar o licenciamento ambiental

A Constituição Federal em seu art. 23, VI, estabelece ser competência comum entre os entes federativos a proteção do meio ambiente e o combate da poluição em quaisquer de duas formas. De acordo com parágrafo único deste mesmo artigo, a cooperação entre as esferas do Estado deveria ser feita através de Lei Complementar o que veio a ocorrer apenas com o advento da Lei Complementar nº 140/2011, que tratou de fixar as normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora, alterando também a Lei nº 6.938/81.

A mencionada lei complementar estabelece em seu art. 13 que os empreendimentos e atividades serão licenciados por um único ente federativo nos termos do que estabelece a referida lei. O art. 9º, XIII, por sua vez, deixa claro que cabe aos

municípios exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida a este ente.

A LC nº 140/2011 acabou de vez com a ce-leuma antes existente da ausência de norma que disciplinasse as questões relativas à competência administrativa em matéria ambiental. Assim, será da competência do município licenciar as atividades cujo impacto ambiental esteja restrito aos limites territoriais do município, bem como, aqueles empreendimentos cujo licenciamento lhe for atribuído por delegação em razão de convênio firmado com o Estado, depois de ouvidos os órgãos ambientais do Estado, Distrito Federal e União, quando necessário (THOMÉ, 2011).

Segundo Thomé (2011) não é demais lembrar que, embora a referida lei deixe clara a competência do município para licenciar atividades cujo impacto ambiental for local, este ente só poderá licenciar se tiver instituído Conselho Municipal de Meio Ambiente, haja vista que o licenciamento é privativo dos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA. De todo jeito, o parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal foi regulamentado, não existindo mais qualquer dúvida quanto à competência dos Municípios para fazer e exigir o licenciamento ambiental.

3 A Taxa de Licenciamento Ambiental

Taxa é espécie de tributo vinculada a alguma atividade estatal. Segundo Carvalho (2012) é isso que o diferencia do imposto, tendo em vista que, enquanto este último tem sua base de cálculo associada a atividades estranhas às funções estatais, a existência de taxa fica subordinada sempre a atividade do Estado.

O art. 77 do Código Tributário Nacional estabelece que as taxas cobradas pelos entes federativos no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

O poder de polícia é definido pelo art. 78 do mesmo diploma legal:

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público

concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Os serviços públicos, por seu turno, são os dispostos no art. 79, quais sejam:

Art. 79. Os serviços públicos a que se refere o art. 77 consideram-se:

I - utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;

b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II - específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

III - divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

A competência para instituir taxas está prevista no art. 80 do Código Tributário Nacional, é atribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios conforme estabelecer a Constituição Federal, as Constituições dos Estados, as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, respectivamente e conforme as esferas de atuação de cada um.

As taxas, segundo Coêlho (2011), não podem ter base de cálculo de imposto, nem com preço público se confunde. Não é imposto, porque atrelado está ao exercício do poder de polícia ou à prestação de um serviço público, efetiva ou potencial. Não é preço público visto que este decorre da prestação efetiva de um serviço público. Nesse sentido, a Súmula nº 545 do STF esclarece que “preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e tem sua cobrança condicionada a prévia autorização orçamentária, em relação a lei que as instituiu”.

A instituição de taxa pode ter objetivo ambiental. A Taxa Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), por exemplo, é um tributo instituído e cobrado pelo IBAMA no exercício do seu poder de polícia para controlar e fiscalizar as atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais, sendo enquadrado como contribuinte qualquer pessoa física ou jurídica que exerça atividade descrita no anexo VIII da Lei nº 10.165/00.

A Constituição Federal estabeleceu no art. 145, II, dois fatos geradores para a taxa: (a) em razão do exercício do poder de polícia ou (b) pela

utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. É importante destacar que tanto o serviço público quanto o poder de polícia devem ser sempre disponibilizados pelo Poder Público (RAMOS FILHO, 2009).

A taxa de licenciamento ambiental é tributo cujo fato gerador é o exercício do poder de polícia pelo Estado, o que significa que, toda e qualquer atividade em que a concessão de licença ambiental seja condição para o exercício desta, pode sujeitar-se ao pagamento da referida taxa.

A taxa de licenciamento ambiental, enquanto espécie tributária, só poderá ser instituída mediante lei. Com frequência e arbitrariamente, têm-se instituído taxa de licenciamento ambiental através de portarias, resoluções ou decretos, o que é inconstitucional, haja vista que, consoante disposto no art. 150, I, da CF, a instituição ou majoração de tributos deve ocorrer mediante lei.

O município de Curitiba/PR, por exemplo, instituiu taxa de licenciamento ambiental por meio do Decreto Municipal nº 1.215/04.¹ Nesse sentido, em decisão proferida na ADI nº 1.823-MC/DF consagrando o que estabelece o princípio da legalidade tributária, ficou determinado que:

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Artigos 5º, 8º, 9º, 10, 13, §1º, E 14 DA Portaria nº 113, de 25.09.97, do IBAMA. Normas por meio das quais a autarquia, sem lei que o autorizasse, instituiu taxa para registro de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, e estabeleceu sanções para a hipótese de inobservância de requisitos impostos aos contribuintes, com ofensa ao princípio da legalidade estrita que disciplina, não apenas o direito de exigir tributo, mas também o direito de punir. Plausibilidade dos fundamentos do pedido, aliada à conveniência de pronta suspensão da eficácia dos dispositivos impugnados. Cautelar deferida. O Tribunal, por votação unânime, deferiu o pedido de medida cautelar e suspendeu, com eficácia *ex nunc*, a execução e aplicabilidade dos arts. 5º, 8º, 9º, 10, parágrafo único do art. 13, e 14, da Portaria Normativa nº 113, de 25/9/1997, e da Portaria nº 037, de 05/3/1998, ambas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. (STF. ADI nº 1.823-MC/DF, Pleno. Rel. Min. Ilmar Galvão. Julg. 30.04.1998. DJ, 16 out. 1998)

Na verdade, faz-se necessárias duas leis, uma para regular o exercício do poder de polícia ou o serviço público, tendo, portanto, índole administrativa, e outra de caráter tributário propriamente dito, que criará a taxa correspondente

(CARRAZZA, 1997). No caso, os Municípios deverão instituir lei regulamentando o licenciamento ambiental no âmbito de sua esfera administrativa, dispondo sobre os órgãos, setores e carreiras relacionadas, afora a lei instituindo a Taxa de Licenciamento Ambiental.

Acerca da cobrança de Taxa de Licenciamento Ambiental em conjunto com a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), criada pelo art. 17-B da Lei nº 6.938/81, tal cumulação não é possível, haja vista que se estaria tributando duas vezes o mesmo fato gerador, o que é vedado pela legislação pátria. Na hipótese de pagamento da Taxa de Licenciamento Ambiental com o mesmo fato gerador que a TCFA, esta é passível de compensação, por força do que dispõe art. 17-P da norma federal.²

Outro aspecto importante a respeito da Taxa de Licenciamento Ambiental é que a sua cobrança decorre da existência de atividade econômica passível de licenciamento ambiental, o que significa dizer que as atividades em que não há necessidade de concessão de licença ambiental, ainda que situadas num mesmo imóvel onde funciona ou funcionará outro empreendimento cuja licença é exigida, só sujeita o empreendedor ao pagamento da referida taxa referente à atividade licenciável. De acordo com o art. 13, §3º, da Lei Complementar nº 140/2011, o valor cobrado pela taxa de licenciamento ambiental deve ser proporcional ao custo e complexidade do serviço prestado pelo órgão ambiental licenciador.

Considerações finais

O licenciamento ambiental, um dos instrumentos de defesa do meio ambiente, é procedimento advindo da atuação do poder de polícia estatal. Em razão deste exercício, pode o ente estatal impor, por meio de lei, o pagamento de taxa como contraprestação ao órgão ambiental em razão da prestação do serviço pelo órgão licenciador.

A Taxa de Licenciamento Ambiental é, portanto, obrigação tributária cujo fato gerador é a atuação do órgão ambiental respectivo em cada uma das fases do licenciamento ambiental.

¹ Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/smf-legis-lacao-municipal-secretaria-municipal-de-financas/104>>. Acesso em: 24 set. 2012.

² Lei nº 6.938/81 – “Art. 17-P. Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de TCFA, até o limite de sessenta por cento e relativamente ao mesmo ano, o montante efetivamente pago pelo estabelecimento ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal em razão de taxa de fiscalização ambiental”.

Com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 140/2011 ficou estabelecida a competência de cada um dos entes federativos para o licenciamento dos empreendimentos e atividades potencialmente causadoras de dano ambiental, cabendo ao município licenciar as atividades cujos impactos ocorrerem dentro dos seus limites territoriais bem como àquelas cujo licenciamento lhe for delegado pelo Estado ou União.

Referências

ALONSO JR., Hamilton Da competência para o licenciamento ambiental. In: FINK, Daniel Roberto; ALONSO JR, Hamilton; DAWALIBI, Marcelo (Org.). *Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de direito constitucional tributário*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Curso de direito tributário brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DESTEFENNI, Marcos. *Direito penal e licenciamento ambiental*. São Paulo: Memória Jurídica, 2004.

FARIAS, Talden. *Introdução ao direito ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

FARIAS, Talden. *Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FIORILLO, Celso Antonio Pachêco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

HENKES, Silvana Lúcia; KOHL, Jairo Antônio. Licenciamento ambiental: um instrumento jurídico disposto à persecução do desenvolvimento sustentável. In: BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e (Org.). *Paisagem, natureza e direito*. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2005.

A cobrança da taxa de licenciamento ambiental municipal fica restrita as atividades passíveis de concessão da licença ambiental respectiva e o valor cobrado pelo serviço deverá ser proporcional ao custo e complexidade do serviço prestado pelo órgão ambiental. Caberá ao Município instituir uma lei de natureza administrativa, regulamentando o exercício do licenciamento ambiental no seu âmbito, e outra de índole tributária, a qual criará a Taxa de Licenciamento Ambiental.

RAMOS FILHO, Carlos Alberto de Moraes. Taxas ambientais federais. In: MAIA, Alexandre Aguiar. *Tributação ambiental*. Fortaleza: Tipoprogresso, 2009.

SANTOS, Marcia Walquiria Batista dos. Licenciamento ambiental. *Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 109-113, mar./abr. 2002.

SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

THOMÉ, Romeu. *Manual de direito ambiental*. Salvador: JusPodivm, 2011.

VAN ACKER, Francisco Thomaz. *Licenciamento ambiental*. <<http://www.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/Dr.VanAcker.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2005. Apostila básica III.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FARIAS, Talden; MELO, Geórgia Karênia Martins de. A cobrança da taxa de licenciamento ambiental pelos municípios. *Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA*, Belo Horizonte, ano 12, n. 68, p. 72-77, mar./abr. 2013.